

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 07/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1958 | 2018



CNTV participa da reunião de coordenação do Macrossetor de Serviços da CUT



A pauta do encontro foi organização do Macrossetor de Serviços

A Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV participou da reunião de coordenação do Macrossetor de Serviços da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizada nesta quinta-feira (3), na sede da CUT, em São Paulo. A pauta do encontro foi organização do Macrossetor de Serviços.

O Macrossetor de Serviços é um dos quatro criados pela CUT para fortalecer lutas e ações comuns dos trabalhadores das respectivas categorias. Os outros três são Indústria, Serviço Público e Trabalhadores Rurais. Além da CNTV, participaram da reunião a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Comércio e Serviços da CUT (Contracs), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Confederação Nacional dos Bancários (CONTRAF), a Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados

(Fenadados) e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert).

Para Vagner Freitas, presidente da CUT, as entidades precisam fortalecer as relações com as bases para ampliar a luta pelos direitos. “Depois da aprovação da Reforma Trabalhista, que retira inúmeros direitos dos trabalhadores, o momento nos obriga a respeitar nossa organização e focar nossos esforços na organização de base. Precisamos estar juntos aos nossos sindicatos e aos nossos trabalhadores da base. O Macrossetor assume uma relevância ainda maior neste momento após a nova lei”

As entidades relataram como a atual conjuntura as afetam e quais seus principais desafios. Ficou definido que é a hora de se criar estratégias de ações em conjunto no que

for possível, para defender os direitos e lutar contra os ataques da nova lei trabalhista.

Os principais temas que afligem todas as categorias são: a terceirização, saúde e condições de trabalho e Reforma Trabalhista e os avanços tecnológicos. Foi consenso a necessidade de que seja praticada a solidariedade entre as entidades para fortalecer as lutas, pois um trabalho em conjunto também ajuda a ampliar as sindicalizações no âmbito do macrossetor e pode estimular parcerias entre as entidades de base.

Na reunião tirou-se uma coordenação em que a CNTV é parte, através de seu presidente José Boaventura e seu diretor geral Claudio

Jose e um calendário de reuniões, bem como ficou definido realizar um seminário com todos segmentos envolvidos, a partir de um debate regional.

Ficou claro também que todas as entidades sindicais reconhecem que houve um golpe, que ainda está em andamento, pois vai muito além da derrubada de uma presidenta democraticamente eleita, ele vai contra os direitos dos trabalhadores e contra a democracia.

Pela CNTV além do presidente José Boaventura estiveram presentes os diretores Amaro Pereira e Claudio José de Oliveira.

Fonte: CUT com alterações pela CNTV

Deputado Goiano ligado aos patrões tenta atrasar a tramitação do PL do Piso Nacional



Num requerimento protocolado no mês passado junto ao Presidente da Câmara, o Deputado Lucas Vergilio, do Partido Solidariedade (Presidido pelo Deputado Paulinho da Força) e eleito por Goiás, pede que o Projeto de Lei 7.042/2017, que dispõe sobre Piso Nacional para Vigilantes, também tramite pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Comissão de Finanças e Tributação, além da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania-CCJC.

O requerimento é uma tentativa de alterar o encaminhamento anterior da Mesa da Câmara, que mandava o projeto para a Comissão do Trabalho e a Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo, ou seja: quando aprovado nestas duas Comissões, o Projeto vai direto ao Plenário da Câmara e de lá para o Senado.

O Projeto já foi aprovado na Comissão de

Trabalho, está na Comissão de Constituição e Justiça sob a relatoria do Deputado paulista Arnaldo Faria de Sá, pronto para apresentar seu relatório, pois não recebeu nenhuma emenda dos demais deputados desta comissão.

Já o Deputado Goiano pretende ganhar tempo ou “virar a mesa” quando pede que o PL volte para duas comissões que não tem nada a ver com as demandas da categoria. O que tem haver segurança pública, crime organizado ou finanças e tributação com piso de vigilante, um tema meramente trabalhista e salarial? Daí a desconfiança, já que o deputado goiano recebeu “ajuda” eleitoral das empresas de comércio, serviços e seguros.

O jogo é protelatório e tentativa de virada de mesa. Este deputado tem sua atuação na Câmara votando contra os trabalhadores (votou a favor da reforma trabalhista/roubo de direitos e a favor de Temer na denúncia do Ministério Público, por exemplo).

Lembrando ainda que este deputado é presidente de sindicato patronal de empresas de seguros.

Nosso papel é denunciar e abrir os olhos da categoria.

Os vigilantes goianos tem a arma da denúncia e do voto para colocar este deputado no seu lugar merecido.

Já os vigilantes dos demais estados podem rechaçar este deputado através de mensagens diretas ao deputado.

Anote: 61 3215 5816 - dep.lucasvergilio@camara.leg.br

Fonte: CNTV

Correios vão fechar 513 agências e demitir 5,3 mil trabalhadores

A proposta foi aprovada em fevereiro pela comissão diretora da empresa, mas mantida em sigilo há meses



O grupo Correios pretende intensificar a taxa de desemprego no Brasil ao declarar que irá fechar 513 agências e demitir 5.300 trabalhadores, segundo informações da colunista Andreza Matais, do Estadão. A proposta foi aprovada em fevereiro pela comissão diretora da empresa, mas mantida em sigilo há meses.

Em Minas Gerais, das 20 agências mais rentáveis, 14 encerrarão suas atividades. Já em São Paulo, 167 agências fecharão as portas.

O ex-presidente da Estatal Guilherme Campos afirma que o número de demissões poderá ser ainda maior, caso a empresa não consiga arcar com as dívidas trabalhistas. O grupo pretende economizar R\$ 190 milhões com a ação.

Nota da CNTV

A situação é muito grave. A decisão é macabra, pois são 5.300 trabalhadores dos Correios demitidos, mas este número é ainda maior, já que englobará os trabalhadores vigilantes, da limpeza, copeiros e outros trabalhadores terceirizados que na medida em que se fecha uma agência, eles também serão demitidos.

Ressalto que este é o resultado da política desastrosa do golpista Michel Temer, com apoio de partidos como o PSDB, MDB, Democratas e outros que os apoiaram. Lamento que ainda houveram trabalhadores que apoiaram o golpe, inclusive nos Correios.

Precisa que haja um levante do conjunto da classe trabalhadora contra este absurdo, pois a cada dia que passa percebemos que a situação está ficando mais complicada. Estou preocupado com o que pode vir pela frente, é só verificar as negociações coletivas de todas as categorias, inclusive da categoria dos vigilantes.

Estamos em um país em que se maqueia inflação, país em que a gasolina sobe todo dia, onde o valor do gás de cozinha está tão alto, que mais de um milhão e meio de pessoas está cozinhando com álcool e lenha e os Correios resolvem agora contribuir com o aumento dos milhões de desempregados no Brasil.

Chico Vigilante, diretor da CNTV e Deputado Distrital

Vamos fazer valer a nossa Convenção Coletiva de Trabalho

O SINDSEGUR repudia mais uma vez a prática antisindical das empresas de segurança privada do Rio Grande do Norte.



A conduta desonesta de empresários do setor que não honram seus compromissos está causando perdas salariais e impondo relações de trabalho que sacrificam a vida do trabalhador.

Sabemos muito bem que os interesses dos patrões e da classe trabalhadora são totalmente diferentes. Porém, isso não justifica a desonestidade desses empresários que abusam das relações de trabalho para meter a mão nos direitos trabalhistas.

Em meio à corrupção que envergonha o país as empresas Monteforte, Envipol e Interfort dão maus exemplos de empreendimentos que usam de má fé para retirar direitos dos

trabalhadores. São empresários que se valem de atos indecentes para aumentar o lucro do seu negócio.

Assim como não se rendeu às propostas indecentes dos patrões durante as negociações da Convenção Coletiva de Trabalho, o SINDSEGUR vai continuar combatendo todo e qualquer abuso praticado pelas empresas de segurança privada.

Ao descumprir a hora noturna reduzida os patrões desrespeitam a Convenção Coletiva assinada pelo próprio sindicato patronal. Além de não honrar o compromisso assumido com os trabalhadores junto à Justiça do Trabalho, tais empresários ainda tentam jogar os vigilantes contra o sindicato da categoria.

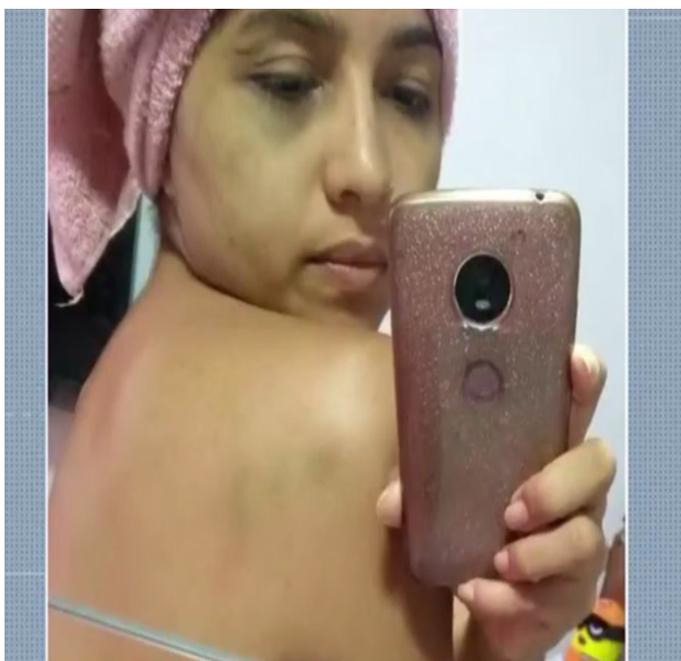
Portanto, alerta geral, pois a estratégia dos patrões é jogar sujo na tentativa de impor a reforma trabalhista derrotada pela histórica greve dos vigilantes patrimoniais do RN. A diretoria do nosso sindicato vai continuar encaminhando todas as formas de luta e, sempre que for necessário, mobilizará os trabalhadores para fazer valer todos os direitos garantidos na Convenção Coletiva da categoria. Junte-se ao seu sindicato para ser respeitado como trabalhador.

Fonte: Sindsegur RN

PM que matou ex-namorada no DF vai responder por feminicídio

Jessyka Laynara foi assassinada com arma da corporação. Estudante gravou áudios revelando agressões

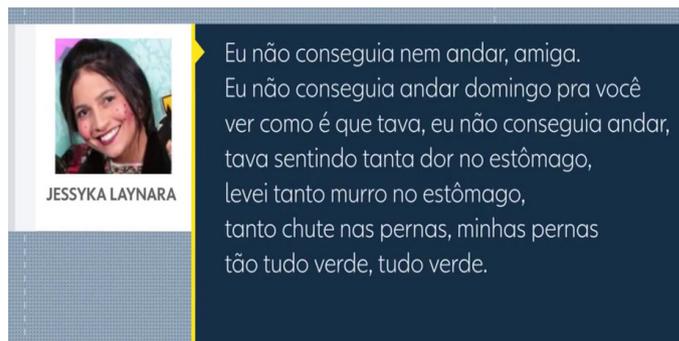
O soldado da Polícia Militar do DF, Ronan Menezes Rego, deve responder por homicídio triplamente qualificado. De acordo com a Polícia Civil, ele matou a ex-namorada Jessyka Laynara



Jessyka Laynara, 25, enviou fotos à amiga para mostrar marca de agressões (Foto: TV Globo/Reprodução)

na sexta-feira (4) com a arma da corporação, sem dar chances de defesa à vítima e por motivo fútil. O caso é investigado como feminicídio.

O corpo da estudante, de 25 anos, foi enterrado neste domingo (6). O militar se entregou ainda na noite de sexta e está preso na área reservada para policiais no Complexo da Papuda. A família da jovem disse que Jessyka escondia que era ameaçada e agredida pelo ex-namorado.



Transcrição do áudio enviado por Jessyka à amiga (Foto: TV Globo/Reprodução)

Há duas semanas, uma amiga recebeu fotos e áudios em que Jessyka dizia “ter vergonha” de contar que apanhava. Ela contou ainda que escondia com maquiagem as marcas das agressões.

‘Eu não conseguia andar’

Em uma das mensagens de voz enviada à amiga, a estudante contou que “não conseguia andar” após as agressões. “Domingo, para você ver como eu estava, eu não conseguia andar”, disse.

“Estava sentindo tanta dor no estômago, levei tanto murro no estômago, tantos chutes nas pernas, minhas pernas estão todas verdes.”

Em seguida, Jésska contou ainda sobre outra agressão, dessa vez, um tiro que teria sido disparado pelo ex-namorado. Com medo, ela nunca registrou ocorrência na Polícia Civil.

“Ele apontou a arma para baixo, amiga, pegou no chão. Eu senti o quente do tiro raspando na minha perna.”

Outra vítima

Depois de matar Jessyka, ainda durante a tarde de sexta (4), o policial foi até a academia frequentada pela ex-namorada e atirou no professor Pedro Henrique Torres, de 29 anos. Torres foi levado em estado grave para o Hospital Regional de Ceilândia (HRC). Ele passou por uma cirurgia e segue internado na UTI.

O pai do rapaz, Pedro Torres, é dono da academia onde o filho foi baleado. Segundo ele, “Pedrinho” – como é conhecido o professor – e Jessyka estavam “se conhecendo” há cerca de um mês, quando ela e Ronan já tinham se separado.

“O Ronan descobriu uma troca de mensagens entre os dois, ficou louco de ciúmes, matou ela e tentou matar meu filho. É um psicopata.”

‘Comportamento agressivo’

Segundo testemunhas, o soldado da PM entrou na casa de Jessyka na sexta, “ignorou” a presença de familiares da ex-namorada e atirou contra ela diversas vezes. A tia da vítima, Elaine Maria, disse que a sobrinha morreu no banheiro.

De acordo com vizinhos, o militar tinha “comportamento agressivo”. O relacionamento teria começado antes de ele entrar para a polícia e, desde então, havia boatos de que ele “perseguiu” a namorada. Jessyka tinha 13 anos quando os dois começaram o namoro.

Jessyka Laynara havia passado, recentemente, em um concurso para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Durante o enterro da jovem, neste domingo, um caminhão dos bombeiros acompanhou o cortejo.

Por volta do meio-dia, quando o corpo da jovem foi enterrado, a sirene da viatura foi acionada. Centenas de pessoas que acompanhavam o cortejo ficaram em silêncio. Ao final, todos bateram palmas e pediram justiça.

Fonte: G1 DF

Nota da CNTV

É revoltante imaginar que o ser humano seja capaz de tal fato, se é que pode chamar de ser humano.

Eu tive a triste infelicidade de ouvir áudios gravados por Jessyka, a uma amiga. Digo infelicidade porque não consegui conter as lágrimas... Meu Deus, como pode? Onde iremos parar com tanta brutalidade? Este sentimento de posse que algumas pessoas pensam ter sobre a vida dos outros tem que acabar, não podemos permitir que mais Jessykas sofram o que essa pobre moça sofreu nas mãos desse maldito.

O maior erro dela foi não ter denunciado as agressões, ter tentado preservar a vida.

Temos que denunciar sempre!

Apesar de que no país em que vivemos, não temos muitas garantias, vivemos em um país onde monstros vivem a solta, e cidadãos de bem vivem trancafiados.

**Jessyka Laynara da Silva Souza,
Presente!**

Maura Miranda, Diretora da CNTV e do
Sindesv/DF

“O Estado abandonou as mulheres à sua própria sorte”

Para pesquisadora da Unicamp, redução de investimento social precariza ainda mais a condição das mulheres no mercado de trabalho. Sem apoio, perdem espaço



Mulheres negras são as mais vulneráveis ao corte de investimento em equipamentos públicos

Não é novidade para as mulheres que o mercado de trabalho reproduz a desigualdade social entre elas e os homens. Elas recebem, em média, 30% menos do que eles e estão, de modo geral, muito mais sujeitas aos postos de trabalho mais precarizados. Mulheres pobres e negras se posicionam ainda mais abaixo nessa escala de exploração.

Segundo a economista Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, a crise econômica pela qual o país vive, associada a um modelo de governar cuja principal iniciativa foi o corte de investimento social, relega as mulheres a condições degradantes e aprofunda a precariedade das condições de trabalho.

“Entramos num ciclo nos últimos três anos muito perigoso para as mulheres. O Estado abandonou as mulheres à sua própria sorte.”

Sem equipamentos públicos, como creches e hospitais, além da falta de planejamento urbano, afirma Marilane, as mulheres se submetem a trabalhos de baixa remuneração e sem proteção social para conseguirem conciliar os cuidados familiares - ainda sob responsabilidade delas em grande maioria -, com as contas a pagar no fim do mês.

“As mulheres ainda estão privadas de boa parte do espaço público quando os cuidados - da casa, dos filhos, dos pais e até dos maridos -, são de sua responsabilidade. Sem proteção social, sem ajuda do Estado, elas têm de se submeter a todo tipo de condição para dar conta de tudo. Muitas delas não tem vida própria alguma”, afirma.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista com Marilane Teixeira.

CartaCapital: A crise econômica atinge mais as mulheres do que os homens?

Marilena Teixeira: A crise aprofunda uma realidade que nós mulheres já convivemos há muito tempo. As desigualdades são estruturantes na sociedade de classes. No capitalismo, por exemplo, o tema da divisão sexual do trabalho e da desigualdade entre os sexos estrutura a sociedade na medida que define os papéis de cada um, os âmbitos onde homens e mulheres devem atuar. Historicamente, as mulheres sempre foram preteridas do espaço público e do mundo produtivo, mas com o capitalismo e com a divisão social do trabalho isso se exacerbou.

CC: De que maneira isso ocorre?

MT: As mulheres foram confinadas ao trabalho doméstico e de cuidados. A inserção delas no mundo produtivo foi permeada por contradições, como se ela estivesse fora do lugar. Com isso vem os baixos salários, a remuneração em média inferior em 30% ao do sexo masculino.

E o tipo de profissão e de ocupação aos quais as mulheres vão ter mais acesso e mais oferta estão vinculados ao papel sexual delas, o papel da divisão sexual do trabalho, que é o tema dos cuidados e dos afazeres e, por consequência, a informalidade.

CC: E como a crise pode aprofundar essa realidade?

MT: Com a crise os níveis de desemprego são altíssimos e a taxa de desemprego entre as mulheres sempre foi superior a dos homens. E os poucos empregos, com maior qualidade e maior proteção social, acabam sendo destinados aos homens, pois uma parte da sociedade ainda considera o homem como o responsável pela renda da família. Se gera empregos, os empregos tem que ser destinados preferencialmente aos homens e aí as mulheres vão se somando ao emprego precário, informal e por conta própria.

CC: Qual o impacto da redução de investimento social no trabalho das mulheres?

MT: Com essas políticas de austeridade, de redução do orçamento com base na emenda constitucional 95, e o impacto disso nas políticas públicas, esmaga-se uma parte das mulheres que continuam sendo as responsáveis pelo cuidado e pelos afazeres domésticos. A crise aumenta as responsabilidades com cuidados para o espaço privado porque o Estado sai de ofertante dessas políticas, como é o caso das creches.

O orçamento para creche em 2017 correspondia a 17% do que estava destinado à em 2014. Isso vai ter um impacto muito grande na vida dessas mulheres, principalmente das mulheres pobres, que não têm onde deixar seus filhos e são forçadas a aceitar os empregos mais precários e mais próximos das suas casas ou o trabalho por conta própria, outro fenômeno que cresceu muito, para poder conciliar essas contradições.

CC: Esse tipo de trabalho é cada vez mais comum, não é?

MT: Esse fenômeno do crescimento do trabalho por conta própria e do trabalho informal esconde também uma ideia de que só as mulheres estão buscando, a partir do empreendedorismo, criar receitas, gerar seus próprios recursos, com maior independência, o que, na verdade, é uma farsa.

Elas estão no trabalho por conta própria porque não tem mais nada que o mercado de trabalho possa oferecer a elas. Elas vão vender doce, elas vão vender salgado nas lanchonetes, nos pontos de ônibus, pontos de metrô, como uma forma de sobrevivência.

O emprego que está sendo gerado é um emprego de baixa qualidade, precário. Cai, de forma bem significativa, o trabalho doméstico com carteira, e volta, no caso das mulheres, aquela condição de diaristas, que era um fenômeno que vinha retroagindo bem na última década, porque as mulheres estavam encontrando e se incorporando em trabalhos melhores, em trabalhos mais qualificados. Então você tem uma regressão, praticamente nesses três anos a gente volta quase que ao patamar do início dos anos 2000.

CC: Essa redução de investimento pode atingi-las de diferentes maneiras.

MT: Sim. O orçamento despencou de 2014 para 2018, e um exemplo muito concreto são as políticas para as mulheres para enfrentamento à violência. Se tinha em torno de 117 milhões em 2014, caiu para 24 milhões. O próprio programa que tem impacto também sobre as mulheres, que é a promoção da igualdade racial e a superação do racismo, também caiu 64%. Programas voltados para o direito da juventude, que também tem impacto sobre as mulheres caiu 94% nesses últimos três anos.

Programas em defesa dos direitos humanos caiu quase 50%, reforma agrária caiu 61%, segurança alimentar, que tem um impacto muito importante sobre as mulheres do campo, foi arrasador, caiu 67%. Tinha 24 milhões destinados a esse programa em 2014, caiu para 119 milhões

em 2018. Sem falar nos programas que têm um impacto direto que é o caso das políticas de creche. O valor destinado agora em 2017 corresponde a 17% do que estava destinado em 2018.

CC: Para as mães esse cenário tende a se agravar?

MT: O nível de ocupação das mulheres quando têm presença de criança de até três anos de idade no domicílio é determinante para o nível de ocupação. Se tem presença de criança com até três anos de idade no domicílio, cai para 49% o nível de ocupação das mulheres negras de 25 a 49 anos. A presença de crianças está associada a uma política pública que é justamente a questão dos cuidados e da creche.

Teve uma pesquisa realizada pelo IBGE recentemente que indicou que você tem 74% das crianças com até 4 anos de idade que não estavam matriculadas em creche ou em escolas e que dos responsáveis por essa crianças, 84% eram mulheres. E que em torno apenas de 45% delas estavam ocupadas.

Esse interesse, inclusive, ele cresce com o extrato de renda de até um salário mínimo, ou seja, quanto mais pobre, maior a deficiência de política pública e maior a impossibilidade dessas mulheres de conseguirem sequer procurar trabalho, porque muitas vezes não consegue sequer um arranjo familiar que permita que alguém cuide dos filhos para que ela possa procurar trabalho.

CC: Isso remete a questão dos cuidados, que a senhora falou, e recai quase exclusivamente sobre as mulheres. Existem outros casos além das creches em que isso ocorre?

MT: Quando reduz a oferta de aparelhos públicos ligados à saúde, por exemplo a oferta de postos de saúde, hospitais, atendimento, todo o cuidado com os idosos, com os enfermos, vai ficar sob responsabilidade das mulheres. Então a política de austeridade fiscal, a política de redução dos gastos sociais, redução na educação, na saúde, nas políticas de assistência social, elas transferem para o âmbito privado, para o âmbito da família, e para a mulher.

Ou no caso da saúde, não tem leitos suficientes e as pessoas são recomendadas a irem para casa e continuarem o tratamento em casa e isso é muito comum inclusive com idosos. Quem é que vai fazer esse trabalho? Quem é que vai ter que ter a responsabilidade com o cuidado com o idoso e com o enfermo? São as mulheres.

As mulheres ainda estão privadas de boa parte do espaço público quando os cuidados - da casa, dos filhos, dos pais e até dos maridos -, são de sua responsabilidade. Sem proteção social, sem ajuda do Estado, elas têm de se submeter a todo tipo de condição para dar conta de tudo. Entramos num ciclo nos últimos três anos muito perigoso para as mulheres. O Estado abandonou as mulheres à sua própria sorte.

CC: A senhora acredita que com a reforma trabalhista essa precariedade dos postos de trabalho de predominância feminina se aprofunda?

MT: No trabalho intermitente, por exemplo, a gente já imaginava que provavelmente isso afetaria mais as mulheres, porque são elas na maior parte que estão ligadas ao setor de comércio e serviços, é nessas áreas preferencialmente que o trabalho intermitente vai ser adotado.

Esse é um trabalho que não tem absolutamente nenhuma segurança, a trabalhadora ou o trabalhador fica completamente refém da empresa, que determina o ritmo de trabalho, em que dia vai trabalhar, e em que condições vai trabalhar.

Isso coloca um problema principalmente para as mulheres porque os homens vão ter mais flexibilidade para atender a essa demanda do que as mulheres. Quase 42% dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres, então se as mulheres são chamadas à noite ou no final de semana, a maior parte, pelos arranjos familiares constituídos, sequer terão com quem deixar seus filhos, então vão ter muito mais dificuldade em se adaptar a essa nova demanda de trabalho, que é absolutamente precária.

Fonte: Carta Capital

Reforma trabalhista só vale para novos contratos, defendem magistrados

Associação define posicionamento após MP que regulava aplicabilidade da nova lei caducar

A nova lei trabalhista não pode ser aplicada a contratos firmados antes de 11 de novembro de 2017, dia em que ela entrou em vigor, segundo a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). A entidade também entendeu que o fim do imposto sindical, como foi conduzido, é inconstitucional.

Os posicionamentos são duas das 103 teses aprovadas durante o 19º Congresso Nacional da entidade, que terminou neste sábado (5) após reunir cerca de 700 juizes do trabalho em Belo Horizonte. Foi o primeiro congresso da associação após a implementação da nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

As teses orientam a atuação da associação perante a sociedade e indicam a opinião oficial da Anamatra, mas não determinam como os juizes trabalhistas devem julgar.

Quando as mudanças na CLT foram aprovadas, em meados do ano passado, a questão sobre o período de aplicabilidade da nova legislação levantou muitas dúvidas entre advogados, juizes, trabalhadores e empresas.

A Medida Provisória 808, enviada pelo Planalto poucos dias após a reforma entrar em vigor, pacificava o tema e determinava claramente que a nova lei se aplicaria, na integralidade, a todos os contratos de trabalho vigentes. A MP, no entanto, caducou em abril deste ano e especialistas apontaram a volta de incertezas e o risco de judicialização

“A plenária entendeu que as regras materiais sobre contrato de trabalho não se aplicam aos contratos celebrados antes de 11 de novembro, e que as regras processuais não se aplicam aos processos ajuizados antes dessa data”, explica Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da associação.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Sobre a contribuição sindical, que se tornou voluntária após a reforma, a Anamatra decidiu que seu caráter tributário (de recolhimento obrigatório) não poderia ter sido excluído por uma lei ordinária, como foi a que promoveu alterações na CLT, mas sim por uma lei complementar.

OSTF (Supremo Tribunal Federal) tem cerca de 17 ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) solicitando a revisão do fim do imposto.

A Anamatra reconheceu ainda como inconstitucional a possibilidade de normas de segurança, saúde e higiene serem negociadas. A nova lei definiu que acordos coletivos podem prevalecer sobre a legislação em temas como jornada de trabalho, intervalo para almoço e trabalho em ambientes

insalubres.

Feliciano destaca ainda que a plenária viu irregularidades na determinação da nova lei de que a parte que perde a ação deve pagar eventuais honorários periciais, mesmo que ela seja beneficiária da justiça gratuita. “A Constituição

diz que as pessoas pobres têm direito a assistência integral e gratuita, mas se elas tiverem que pagar esses honorários, a assistência perde o caráter integral e gratuito”, afirma.

No Brasil, existem aproximadamente 4.500 magistrados da Justiça do Trabalho, entre ativos e aposentados, sendo 4.200 associados da Anamatra, de acordo com Feliciano.

Em outubro do ano passado, a um mês da implementação da reforma, a associação já havia feito um encontro para discutir o tema. O evento, que reuniu juizes, promotores e advogados trabalhistas, chegou a aprovar alguns enunciados que davam uma indicação do posicionamento da entidade. No entanto, apenas o congresso anual, encerrado neste sábado, é que poderia tirar as teses oficiais da Anamatra.

Fonte: Folha-UOL

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF